

A GLOBALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL, 1990-1998 *

Eduardo Viola**

RESUMO

Este paper têm sete partes. Na primeira o autor discute sua abordagem da globalização. Na segunda parte discutem-se a Globalização Ambiental e a Política Ambiental Global. Na terceira parte enunciam-se as características da Globalização da Política Ambiental no Brasil na década de 1990, em comparação com o processo geral. Na quarta parte analisa-se a dramática redefinição rumo a globalização da política ambiental no governo Collor, 1990-92. Na quinta parte analisa-se a crise de governabilidade e as resistências a globalização durante o governo Franco, 1992-94. Na sexta parte analisa-se a secundariedade e disseminação lenta da sustentabilidade nas políticas públicas do governo Cardoso, 1995-98. Finalmente, na sétima parte discutem-se os cenários futuros alternativos do Brasil (segundo o autor): Globalização-segmentada ou Globalização-integradora.

Brasília, julho de 1998

(*) Paper preparado para apresentar no "XXI International Congress of the Latin American Studies Association", Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon; The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, USA, 24-26 de Setembro de 1998.

(**) Professor Titular, Departamento de Relações Internacionais e Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasil.

Endereço:

Departamento de Relações Internacionais,

Universidade de Brasília, C.P. 04539

Brasília, DF 70919-970

Brasil

E-mail: violaedu@nutecnet.com.br

Este paper analisa o processo de globalização da política ambiental no Brasil no período 1990-1998. Entende-se por globalização da política ambiental as seguintes dimensões principais: 1- a transnacionalização em graus diversos dos atores nacionais da política ambiental nacional (agências governamentais, empresas, ONGs) combinado com o aumento da presença de atores plenamente transnacionais (ONGs transnacionais, corporações transnacionais, bancos multilaterais, agências da ONU, comunidade científica) produzindo a formação de clivagens e alinhamentos transnacionalizados; 2- o desenvolvimento de uma concepção transnacionalizada da agenda ambiental por parte de setores crescentes dos atores sociais nacionais; 3- o efeito multiplicador da aceleração da globalização econômica, política e cultural/comunicacional sobre a globalização ambiental; 4- o crescimento rápido das conexões organizacionais, políticas, pessoais, financeiras e comunicacionais entre os diversos ambientalismo nacionais; 5- a rápida expansão de organizações não-governamentais internacionais cujo centro financeiro-organizacional encontra-se nos países desenvolvidos e que tem grande capacidade de influência sobre os ambientalismo nacionais nos países desenvolvidos, emergentes e estagnados; e, 6- a preocupação crescente com questões de governabilidade global (formação de regimes e autoridades inter/transnacionais) por parte dos diversos atores nacionais.

O período em estudo no Brasil abrange três presidências (Collor, Franco e Cardoso) durante as quais as políticas públicas em geral passaram do modelo nacionalista para o modelo globalizante: redução das barreiras alfandegárias, atração de investimentos estrangeiros, abertura progressiva dos mercados financeiros, legitimidade crescente da estabilidade macroeconômica como parâmetro da ação governamental, abandono da política externa e de defesa terceiromundista, aceitação crescente das condicionalidades ambientais na relação com os países desenvolvidos e abertura à cooperação internacional com respeito aos problemas ambientais em particular na Amazônia. Com relação a política ambiental existe uma diferença significativa entre as três presidências. No governo Collor, no clima da preparação e realização da Rio 92, as questões ambientais adquirem uma grande importância, o governo promove a globalização da agenda ambiental e as ONGs e o movimento ambientalista se fortalecem. No governo Franco, existe uma profunda crise de governabilidade devido a forte instabilidade macroeconômica e as questões ambientais ficam totalmente relegadas, incluído um declínio do movimento ambientalista e um questionamento da globalização. No governo Cardoso existe uma reconstrução da governabilidade e uma aceleração da globalização, mas devido ao predomínio de uma concepção economicista da agenda pública as questões ambientais ficam num plano bastante secundário e os vectores de governabilidade ambiental provem dos atores transnacionais e nacionais mais transnacionalizados.

A PROBLEMATICA DA GLOBALIZAÇÃO

Na segunda metade da década de 1980 intensifica-se extraordinariamente o processo de globalização do mundo (iniciado na década de 1950) e o ano de 1989 condensa estas gigantescas transformações (Fossaert 1991).

O mundo compacta-se progressivamente e a distancia torna-se cada vez mais próxima, ainda que entre realidades profundamente heterogêneas. É fundamental enfatizar que globalização não é homogeneização. Os limites entre o nacional e o internacional diluense crescentemente e a relação interno-externo torna-se cada vez mais porosa (Kennedy 1993, North 1990). Existe uma passagem do Sistema Internacional para o Sistema Global-transnacional-bifurcado (Rosenau 1990). O Sistema Internacional era Estado-cêntrico. O Sistema Global-transnacional-bifurcado é simultaneamente Estado-cêntrico (não-hegemônico com superpotência militar) e Multicêntrico (alta diversidade de atores-forças sociais, como corporações transnacionais, organizações não-governamentais, organizações intergovernamentais, comunidades epistémicas e mídia-formadores de opinião).

Existe uma nova natureza da relação microsocio-social-macrosocio. A teoria social moderna (desde o século XVII até aproximadamente a década de 1970) foi construída considerando-se o macrosocio como a sociedade nacional em contexto internacional, o social como diversos níveis de agregação infranacional, e o micro-social associado com o nível local. Por causa da intensificação do processo de globalização, o macrosocio passa a ser a sociedade planetária, o social diversos níveis intermediários incluído o nacional e o micro-social continua associado com o nível local (Guidens 1990, Morin et Kern 1993, Ianni 1995, Keohane and Ostrom 1995). Contudo, o social-microsocial está profundamente penetrado pelo macro-social de modo tal que sua dinâmica esta globalizada, sempre em graus variáveis desde o mais intenso das cidades mundiais (New York, São Paulo, Tóquio, Londres) ou

dos espaços socio-tecnológicos mundiais (cidades científicas, bases antárticas, de radiotelescópios e de lançamento de satélites) até a mais rarefeita dos lugares mais remotos (alguns desertos, montanhas e florestas tropicais). Deste modo os atores sociais, as arenas político-civilizatorias e as agendas político-econômicas encontram-se sempre transnacionalizados, ainda que em graus diversos (Keohane and Milner 1996). Existe uma erosão parcial do Estado Nacional como centro regulador da vida social e constituidor das identidades, e um aumento da interdependência complexa-assimétrica entre os países. Essa erosão se estende (em graus diversos) aos sistemas democráticos nacionais pelo poder crescente dos atores transnacionais e transnacionalizados, e, uma desfassagem crescente entre um sistema de representação de base territorial-nacional e um sistema de forças sociais de escopo transnacional.

Embora a literatura corrente focaliza na dimensão econômica da globalização, considero ele como um processo multidimensional caracterizado por seis dimensões inter-relacionadas: militar, econômico-financeira, comunicacional-cultural, científico-tecnológica, ecológico-ambiental e política (Viola 1996).

A dimensão militar foi a primeira a desenvolver-se a partir de 1941 com o ataque japonês a Pearl Harbor em que a guerra adquire pela primeira vez na história um escopo planetário e chega seu pico na segunda metade da década de 1950 quando os EUA e a URSS atingem a capacidade de destruição total do planeta a través da combinação bombas nucleares, mísseis intercontinentais e espionagem com satélites (doutrina da destruição mútua assegurada). Em ambos os países os establishments militares imbricam-se com parte medular da vida econômica e científica produzindo os complexos militar-industrial-científico, cuja estrutura tenderá a reproduzir-se na maioria dos países do mundo criando-se uma vasta rede de espionagem e comércio de armas. O colapso do comunismo no Leste Europeu em 1989 deslança um processo de profunda redefinição da globalização militar: fim da União Soviética como uma das duas superpotências; drástica diminuição do risco de uma guerra nuclear; redução progressiva e quase generalizada dos gastos militares e da importância das Forças Armadas no mundo; aumento do risco de proliferação de armas de destruição em massa (nucleares táticas, químicas e biológicas); extraordinária expansão do crime internacional organizado; aumento do risco de terrorismo nuclear/biológico; e, redefinição do papel das Forças Armadas americanas e da OTAN no sentido de garantia da segurança global (Buzan 1991, Fontaine 1996, Huntington 1996).

A globalização da economia tem o primeiro momento importante na década de 1950, em que formam-se as corporações multinacionais - atores econômicos com estratégia global - que vão progressivamente saindo do controle dos Estados-nações e que na década de 1980 transformam-se em corporações transnacionais, cujo processo decisório ganha um escopo global. Também nesta década inúmeras empresas médias transformam-se em transnacionais. A produtividade econômica cresce fabulosamente como produto da combinação de revoluções tecnológicas (microeletrônica, robótica, novos materiais, eficiência energética, biotecnologia, reciclagem e controle de poluição) e gerenciais (qualidade total, reengenharia). O desenvolvimento da produtividade econômica cria empregos de alta qualificação e elimina massivamente empregos de baixa e média qualificação produzindo desemprego estrutural em todo o mundo. O comércio internacional intensifica-se criando pressões cada vez maiores para a diminuição das barreiras alfandegárias (criação da Organização Mundial de Comércio em 1994) e a formação de uniões econômicas regionais complementares do processo de globalização (NAFTA, Mercosul) (Lafer 1997). A dimensão financeira localiza-se nos mercados financeiros transnacionais em que o capital especulativo circula eletronicamente em alta velocidade erodindo progressivamente a capacidade regulatória dos Estados Nacionais (mesmo dos mais poderosos). Os mercados financeiros transnacionais tem uma diversidade de atores como bancos internacionalizados, megaespeculadores, fundos mútuos, fundos de pensão, etc. As instituições de Bretton Woods tornam-se cada vez mais limitadas para lidar com o fenômeno da globalização financeira e a volatilidade da circulação de capital especulativo constituísse na maior ameaça para a estabilidade e previsibilidade do sistema (Thurow 1996, Dreifuss 1996).

As sociedades nacionais tendem a dividir-se em três segmentos: o globalizado, o nacional defensivo e o marginalizado. O primeiro esta formado por indivíduos e organizações que tem qualificações e produtividade que os habilitam a competir globalmente (a grande maioria da população nos países desenvolvidos, aproximadamente um quinto da população em países como Brasil e Argentina, praticamente inexistente nos países da África subsahariana). O segundo esta formado por indivíduos e organizações que conseguem sobreviver porque estão protegidos por estruturas políticas ou geográficas da competitividade global, sendo que esta é uma situação

transitória com tendência a desaparecer no meio e longo prazo. O terceiro segmento formado por uma população que sofre crescente deprivação material, cultural e psicológica (Viola 1998, Barber 1995). A consolidação da globalização econômico-financeira na década de 1990 diferencia os países em quatro tipos segundo o grau de centralidade de sua inserção no sistema: desenvolvidos, emergentes, estagnados e marginalizados.

Na década de 1960 inicia-se a globalização dos sistemas de comunicações, constituindo-se do ponto de vista simbólico-cultural o que MacLuhan chamou, quase profeticamente (embora com viés simplificador-homogeneizante) de “aldeia global”. A partir da segunda metade da década de 1980 a globalização comunicacional-cultural implica uma revolução nas telecomunicações -satélites, televisão globalizada, fax, correio eletrônico e internet -, o barateamento e crescimento exponencial do transporte aéreo transcontinental, e a disseminação de conteúdos, modos de vida e formas de lazer originalmente norte-americanos. Uma minoria crescente da população mundial tem a oportunidade de viajar a outros países, falar outras línguas diferentes da nativa e experimentar diretamente outras culturas. A maioria da população mundial tem acesso a traves da televisão a informações sobre outras sociedades. Igual que nas outras dimensões a globalização da cultura esta longe de implicar sua homogeneização, pelo contrario existe um processo de reafirmação das diferencialidades, que se redefinem com tais em função de sua relação com a globalidade (Guidens 1991, Featherstone 1994).

A dimensão científico-tecnológica da globalização reside no crescimento exponencial da intensidade das interações no interior da comunidade científica internacional a traves dos periódicos, do telefone-fax, do correio eletrônico, da Internet e da interação cara a cara nos congressos. Cresce também o papel do input científico nos diversos processos decisórios referenciados-globalmente/globais de corporações, Estados, agencias intergovernamentais e ONGs. A cooperação transnacional entre instituições de ensino-pesquisa (ciência básica e aplicada) e instituições corporativas (ciência aplicada e tecnologias) se desenvolve aceleradamente dando uma contribuição crucial para o crescimento da produtividade econômica. Outra característica fundamental da globalização científico-tecnológica e o avanço de um novo paradigma baseado na alta complexidade, na Inter-disciplinarietà e no sistemismo aberto: a formação e as carreiras científicas incluem crescentemente componentes sistêmicos, os problemas de pesquisa fundamentais são definidos em espaços novos para além dos disciplinares e as estruturas fundamentais de organização científica universitária são institutos e redes interdisciplinares ao invés de departamentos disciplinares (Keller 1990, Morin 1991, Deutsch 1997, Taladay, Farrands and Tooze 1997).

Em meados da década de 1980 a humanidade toma consciência da globalização do risco e degradação ambiental, que de fato já existia desde a década de 1950 em função da capacidade destrutiva das armas nucleares e do potencial de contaminação - do ar, água, solo e cadeias alimentares - por parte da indústria química e nuclear (Caldwell 1984, Stern, Young and Druckman 1992). A dimensão ecológico-ambiental constitui o mais poderoso dos processos de globalização com repercussões extraordinárias sobre a atividade científica e sobre os conceitos básicos que utilizamos para conhecer a realidade social: quando os astronautas da primeira nave tripulada chegaram a Lua em 1969, e conseguiram descrever e fotografar «o planeta azul» desde o espaço, atingiu-se um ponto de inflexão na construção da imagem da globalização que mostraria seus frutos mais profundos com a emergência da comunidade científica do «Global Environmental Change» na segunda metade da década de 1980 (Buttel, Hawkins and Power 1990). Uma vez atingida a percepção da globalização ambiental vemo-nos obrigados a passar do conceito de sistema internacional (que se refere apenas a realidades sociais) para o de sistema global porque este permite-nos distinguir e incluir as realidades sociais e naturais, e orienta-nos na investigação sistemática sobre seus modos de interação em escala planetária (North 1990). A Terra, suas características geológicas e geográficas, sua flora, fauna e arredores (incluído o sol) constituem nosso único ambiente. A espécie humana não poderia existir sem os delicados equilíbrios da Biosfera. Enquanto espécie temos sido sempre simultaneamente conquistadores e reféns da natureza, mas estas implicações da aventura humana tem se tornado muito mais complexas em fins do século XX: hoje estamos obrigados a construir um modelo civilizatorio que implica investir concentradamente num desenvolvimento científico-técnico-inteligente e investir nas reformas micro-macro sociais (autoconhecimento e desenvolvimento interior do indivíduo e mudança dos padrões de consumo e modos de vida). É fundamental evitar as tentações cornucopiana (a humanidade a través da tecnologia resolve sempre todos os problemas) e neo-romântica (parar o desenvolvimento científico-técnico e focalizar apenas na reforma dos padrões de consumo e do modo de vida) (Sand 1990, Sandler 1997).

A globalização política reside no avanço de ideologias e regimes democráticos e individualistas em detrimento dos autoritários e socializantes. Na ultima década, regimes semi-democraticos ou democráticos, tem substituído a

regimes autoritários em quase todos os países do mundo (Huntington 1991, Diamond and Plattner 1993). A proteção dos direitos humanos, o pluripartidarismo e a competição eleitoral tornaram-se princípios indiscutíveis da vida política nacional e internacional, embora exista muitas vezes uma distância significativa entre a retórica e a realidade concreta (Cançado Trindade e Faro de Castro 1997). A revolução de capacidades individuais produzida pela expansão educacional tem mudado drasticamente as concepções sobre o "bom ordem social" em favor da valorização da responsabilidade-destaque individual e limitando a intervenção do Estado-Coletividade para promover a redução das desigualdades entre indivíduos (redução de impostos e substituição do Welfare pelo workfare). Como produto da revolução das capacidades individuais há um grande crescimento dos movimentos sociais e Organizações não-governamentais que constituem um terceiro setor de organizações sociais de similar importância aos clássicos setores privado e estatal, e com fortes relações transnacionais (Guidens 1994, Tsoukalis 1998).

As capacidades regulatórias do Estado-nação são enfraquecidas pelas outras dimensões da globalização, em particular a econômico/financeira e a comunicacional/cultural; e, pelo reforçamento das estruturas socio-políticas infranacionais, o que nos casos mais agudos leva ao separatismo e a desintegração nacional. As potencialidades de consolidação de regimes democráticos ou de progresso de regimes semi-democráticos para democráticos são muito diferenciadas dependendo de variáveis como: maior competitividade da economia nacional, menor proporção da população excluída-deprivada, maior independência econômica e psicológica das mulheres, menor força de ideologias radicais-fundamentalistas, maior força de atitudes-movimentos anti-corrupção e maior capacidade-eficiência governativa (O'Donnell 1991, Held 1995, Reis 1995, Lyons and Mastanduno 1995, Camargo 1997).

Como parte da dimensão política, a governabilidade global reside no processo de construção de instituições inter e transnacionais -sistema das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, GATT-WTO, regimes internacionais setoriais- aptas para gerir os problemas da sociedade planetária. O processo de construção de instituições de governabilidade global, em curso lento e difícil desde o fim da segunda guerra mundial, no deve ser confundido com propostas utópicas de criação de um governo mundial. Uma característica fundamental do processo de globalização é o subdesenvolvimento da dimensão da governabilidade global com relação as outras devido originalmente ao bloqueio do sistema da Nações Unidas pela Guerra Fria. Na década de 1990, a governabilidade global não se desenvolve com rapidez equivalente as outras dimensões da globalização devido as seguintes razões: a- conflito entre as vias oligarquica (promovida pelos G7 e a maioria dos países de renda alta) e a democrática (promovida pela maioria dos países de renda média e muitos de renda baixa) de governabilidade; b- ausência de lideranças orientadas para o longo prazo (estadistas) nos principais países do mundo; c- o sistema Nações Unidas (de natureza internacional) bloqueia a emergência de um novo sistema transnacional de governabilidade (Rosenau and Czempel 1992, Weiss, Forsythe and Coate 1994, Commission on Global Governance 1995, Falk 1995, Risse-Kappen 1995, Chayes and Handler Chayes 1995, Soares de Lima 1996, Colard 1996).

GLOBALIZAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICA AMBIENTAL GLOBAL

Como produto de três décadas (começando em meados dos sessenta em EUA e Suécia) de preocupação pública pela deterioração ambiental emergem e desenvolvem-se: 1) organizações não governamentais e grupos comunitários que lutam pela proteção ambiental, sendo que muitos deles atuam em escala internacional ; 2) agências estatais (de nível federal, estadual e municipal) encarregadas de proteger o ambiente (em 1970 havia 12 agências ambientais nacionais, em 1995 há mais de 180); 3) grupos e instituições científicas que pesquisam os problemas ambientais, muitos deles com uma abordagem sistêmica, que estão impactando profundamente a dinâmica da comunidade científica (o que se refletiu na posição destacada adquirida pela comunidade do "global environmental change" nos EUA); 4) um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos baseado na eficiência no uso dos materiais, na conservação da energia, na redução da poluição, no ecodesign e na qualidade total; 5) um mercado consumidor verde que demanda entre outras coisas alimentos de uma agricultura orgânica, automóveis e eletrodomésticos de alta eficiência energética, papel reciclado, recipientes reutilizáveis, produtos que tenham sido produzidos usando tecnologias limpas e a partir de matérias primas produzidas de modo sustentável; 6- redes multisectoriais que estabelecem e certificam o caráter sustentável dos processos de produção, de transporte e o ciclo de vida dos produtos, como os vários "selos verdes" e a ISO 14000; 7- agências e tratados internacionais encarregados de

equacionar os problemas ambientais que ultrapassam as fronteiras nacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Convenção de Viena-Montreal para a proteção da camada de ozônio, a Convenção de Basel sobre o comércio de lixo tóxico, as Convenções de Rio sobre Mudança Climática e Biodiversidade (MacCormick 1989, Cairncross 1992, Schmidthaney 1992, Kamieniecki 1993, Dunlap, Gallup and Gallup 1993, World Resource Institute 1996).

Todos os atores e processos acima assinalados constituem o movimento ambientalista global cujos valores e propostas vão disseminando-se pelas estruturas governamentais, as organizações não-governamentais, os grupos comunitários de base, a comunidade científica e o empresariado. O ambientalismo, surgido como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente, transforma-se num capilarizado movimento multisetorial. O processo de desenvolvimento do ambientalismo como movimento histórico transnacional impacta profundamente as clivagens do sistema mundial no início da década de 1990 (MacNeill, Ninsemius and Yakushiji 1991, King and Schneider 1991, Mathews 1991, Haas, Keohane and Levy 1993, Vogler and Imber 1996, Weis Brown and Jacobson 1998).

Considerando-se as questões de meio ambiente e desenvolvimento podem definir-se três clivagens principais na dinâmica política internacional: a primeira sendo entre as forças cujos interesses e orientação estão dentro do Estado-nação (Nacionalistas) versus as forças cujos interesses e orientação localizam-se na escala mundial (Globalistas); a segunda sendo entre as forças que assumem a proteção ambiental como uma dimensão fundamental a ser combinada com o desenvolvimento econômico (Sustentabilistas) versus as forças que são favoráveis ao desenvolvimento econômico sem consideração da proteção ambiental (Predatórios); a terceira sendo entre as forças favoráveis a certa redistribuição progressiva da renda a escala nacional e internacional (Progressistas) versus as forças conservadoras do ponto de vista social (Conservadores). A combinação de estas três linhas de clivagem permite diferenciar oito grandes forças atuantes no sistema mundial: Nacionalistas-Conservadores (NC), Nacionalistas-Progressistas (NP), Nacionalistas-Conservadores-Sustentabilistas (NCS), Nacionalistas-Progressistas-Sustentabilistas (NPS), Globalistas-Conservadores (GC), Globalistas-Progressistas (GP), Globalistas-Conservadores-Sustentabilistas (GCS) e Globalistas-Progressistas-Sustentabilistas (GPS) (Viola 1996).

Os Nacionalistas-Conservadores defendem economias protecionistas, forças armadas poderosas e o papel do Estado-nação como entidade superior da ordem internacional sendo contrários ao crescimento do poder da ONU e receosos das corporações transnacionais. Frequentemente são racistas. Exemplos de NC são: direita Republicana (EUA), Frente Nacional (França), Aliança Nacional (Itália), Nacionalistas eslavofílicos (Rússia), oligarquias regionais representativas de setores econômicos de muito baixa produtividade (Brasil, Argentina e México).

Os Nacionalistas-Progressistas defendem economias protecionistas com forte intervenção estatal em favor da justiça social, forças armadas poderosas e são contrários às corporações transnacionais e à expansão do poder da ONU. Exemplos de NP são: esquerda do PT e do PSB no Brasil, esquerda do Partido Comunista no Chile e França, Frente Zapatista e esquerda do PDR no México.

Os Nacionalistas-Conservadores-Sustentabilistas são favoráveis à proteção ambiental a escala nacional, contrários da ONU e das corporações transnacionais e favoráveis às forças armadas poderosas. Exemplos de NCS são: setores neonazistas na Alemanha e na Áustria, setores dos fundamentalismos hinduista, islâmico e cristão em vários países.

Os Nacionalistas-Progressistas-Sustentabilistas são favoráveis ao desenvolvimento sustentável a escala nacional comandado por um Estado fortemente intervencionista que promove a justiça social e são contrários às corporações transnacionais e receosos da expansão da ONU. Exemplos de NPS são: setores do PT no Brasil, setores do Partido Comunista na Itália, França e Chile, setores do Partido Verde na Alemanha, França, Chile e Brasil.

Os Globalistas-conservadores defendem economias abertas ao mercado mundial, um papel central para as corporações transnacionais, um desarmamento parcial e um avanço gradual da ONU limitando parcialmente o poder dos Estados-nações na direção de uma autoridade transnacional baseada na estrutura estratificada de países: fortalecimento do Conselho de Segurança (ampliado) do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial de Comércio. Os GC são a força dominante no sistema mundial, eles representam o que geralmente denomina-se neoliberalismo. Exemplos de GC são: setores predominantes dos grandes partidos norte-

americanos, europeu ocidentais e japoneses, os setores modernos do PFL e PPB no Brasil, o Partido Nacional chileno, o setores modernos do Partido Justicialista e da UCR na Argentina.

Os Globalistas-progressistas defendem economias abertas ao mercado mundial, um papel central para as corporações transnacionais, um forte desarmamento e a rápida construção de instituições de governabilidade global, particularmente no referente a regulação da circulação de capital especulativo, a traves da combinação dos princípios de representatividade populacional e poderio financeiro. Exemplos de GP são: os setores de esquerda dos partidos democrata norte-americano, socialista francês, social-democrata alemão, trabalhista inglês; PSDB brasileiro; o PPS no Brasil, o Partido Socialista no Chile, setores do PDR no Mexico e do FREPASO na Argentina.

Os Globalistas-conservadores-sustentabilistas defendem economias abertas ao mercado mundial, um papel central para as corporações transnacionais, um desarmamento parcial e uma rápida construção de instituições de governabilidade global, particularmente na área ambiental, a traves de um caminho definidamente oligarquico tendo como eixo o principio da capacidade financeira dos países. Exemplos de GCS são: o vicepresidente dos EUA Al Gore e setores predominantes dos partidos social-democratas escandinavos e holandês.

Os Globalistas-progressistas-sustentabilistas consideram inviável o modo de vida perdulário e os sistemas produtivos energeticamente ineficientes predominantes atualmente nos países de renda alta e media e advogam por reformas profundas na ordem internacional com o objetivo de viabilizar a proteção ambiental nos respetivos espaços nacionais. Os GPS são defensores da idéia de desenvolvimento ambientalmente sustentável com atenuação das assimetrias sociais em escala nacional e mundial. Para a maioria dos GPS esta atenuação deveria dar-se através de uma integração ativo-seletiva das economias periféricas no mercado mundial e de uma transferencia subsidiada de tecnologias sustentáveis por parte dos países ricos. Os GPS são favoráveis ao imediato estabelecimento de uma autoridade supranacional, combinando os princípios da transnacionalidade e da internacionalidade, capaz de lidar com os problemas da crise socio-ambiental planetária. Embora do ponto de vista normativo defendem um caminho democrático de construção da governabilidade global, estão dispostos a aceitar formas oligarquicas desde que isto acelere o processo. Exemplos de GPS são: setores de esquerda da socialdemocracia escandinava, holandesa e italiana, setores predominantes dos Partidos Verdes alemão, austríaco, escandinavos, francês, brasileiro e chileno, setores minoritários do PPS, do PSDB e do PT no Brasil.

Três regimes internacionais de alta relevância para o fluxo de matéria e energia global estão em processo de formação desde meados da década de 1980: proteção da camada de ozônio, mudança climática e proteção da biodiversidade. Eles são plenamente representativos da nova densidade interdependência entre a biosfera e o sistema mundial (Porter and Brown 1996, Gerhing 1994, Charnovitz 1996).

O Acordo para a Proteção da Camada de Ozônio é definitivamente o melhor exemplo de sucesso na construção de regimes internacionais setoriais para a proteção do ambiente global: Convenção de Viena (1985), Protocolo de Montreal (1987), Emenda de Londres (1990), Emenda de Copenhague (1992). A produção e uso de clorofluorcarbonos caiu dramaticamente nos países desenvolvidos durante a década de 1990 e tem aumentado apenas limitadamente nos países emergentes. Quatro fatores são fundamentais para explicar este sucesso: a rápida formação de consenso na comunidade científica e a eficiência da comunicação extraacademica (efeito comunidade epistemica), o fato da produção de CFC estar concentrada em poucos atores (corporações transnacionais), a liderança do governo americano nas negociações internacionais, e, rápida resposta das corporações produtoras de CFC no investimento em pesquisa e desenvolvimento de alternativas tecnológicas viáveis comercialmente (Benedick 1991, Underdal 1992).

A Convenção da Mudança Climática (Rio, 1992) tem tido ate agora um impacto limitado devido aos seguintes fatores:

- a- baixa disposição na sociedade americana a diminuir as emissões de gases estufa, com impacto extremadamente negativo sobre Europa Ocidental e desapontamento na comunidade ambientalista internacional com relação ao presumido potencial de liderança do vicepresidente Al Gore;
- b- fraca capacidade de liderança internacional por parte do Japão, o único pais grande e rico impulsado por um vector de redução das emissões de gases estufa;

- c- mínima disposição de reorientar as políticas públicas para a atenuação do crescimento nas emissões de gases estufas nos países emergentes;
- d- complexificação, na interior da comunidade científica, das características do problema e de suas possíveis soluções -passagem do modelo de aquecimento global para o modelo de fenômenos meteorológicos extremos erráticos;
- e- grandes dificuldades para negociar, em Kyoto 1997, um protocolo estabelecendo metas precisas e cronogramas para a redução das emissões de gases estufa, devido a complexidade simultaneamente internacional e transnacional das clivagens e coalizões; e,
- f- perspectivas difíceis para a ratificação do protocolo de Kyoto devido a ausência de obrigações para os países emergentes, alguns dos quais tem uma importância dramaticamente crescente nas emissões de gases estufa (particularmente China, Índia e Indonésia, mas também Tailândia, Malásia, Filipinas, Brasil e México) (O'Riordan and Jager 1996, Soroos 1997, Rayner and Malon 1998, Clark, Van Eijndoven and Jaeger 1998).

A Convenção de Biodiversidade (Rio 1992) tem um duplo impacto. De um lado ela aumentou extraordinariamente a consciência pública internacional sobre a importância da diversidade biológica (quase inexistente fora da academia antes da década de 1990) e inaugurou o conceito de "common concern of humankind". De outro lado, ela é estruturalmente pouco funcional devido ao fato que os EUA mantém uma atitude reticente com relação à Convenção em todos os aspectos que não protegem claramente a propriedade intelectual tal como foi definida historicamente na cultura civilizatória americana: privilegiamento excessivo das formas concentradas de propriedade intelectual/patentes desenvolvidas em centros científico-tecnológicos capital-conhecimento intensivos e subdimensionamento da importância de outras formas de propriedade intelectual de baixa intensidade capital-conhecimento. EUA é um ator-subsistema -complexo e internamente heterogêneo já que formado por uma rede de corporações (grandes e pequenas) universidades, agências estatais e ONGs- extraordinariamente importante na questão já que em seu território localizam-se aproximadamente 2/3 da capacidade científico-tecnológica mundial sobre biodiversidade e biotecnologia; este grau de centralidade de um Estado-nação não se repete em nenhuma outra questão vinculada ao ambiente global. Uma arena política globalizada/transnacionalizada decisiva dos próximos anos estará situada em torno da alta diversidade de interpretações dadas a dois cruciais tratados em vigor desde 1995: a Convenção de Diversidade Biológica - fundada em requisitos de equidade e acessibilidade aos recursos biológicos - e o Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights, TRIPS/WTO - fundado em princípios fortes de propriedade privada e lucro. A situação dos esforços para a proteção e uso sustentável da biodiversidade no mundo é hoje extremadamente diferenciada: desde avanços importantes em países como Costa Rica e Belize, que estabelecem acordos para pesquisa farmacológica e alimentar com corporações transnacionais; passando por países com novas retóricas ambiciosas com pouca correspondência em políticas efetivas como Brasil, Malásia e México; e países como Canadá e EUA (que apesar de ter um sistema extenso de proteção da biodiversidade, ainda tem significativa extinção de espécies); e, indo até a aceleração da destruição em países em colapso de governabilidade (parte importante da África Sub-Saariana) (Hanna, Folke and Maler 1996, Wasson 1997, Swanson 1997, Macilwain 1998, Masood 1998).

O Global Environment Facility (GEF) é o instrumento financeiro construído para apoiar o desenvolvimento dos três regimes ambientais mencionados: a sua missão principal é financiar o custo incremental da proteção do ambiente global. Apesar da lentidão de sua construção, o GEF está revolucionando na direção da eficiência alocativa os mecanismos de transferência de recursos multilaterais. O fator negativo é a magnitude pequena dos recursos alocados se comparados com as necessidades do ambiente global. Entre os aspectos positivos destacam-se: uma negociação na qual os países desenvolvidos concederam em termos de democracia no processo decisório e o resto do mundo cedeu em termos de levar a sério considerações de eficiência substantiva, a formação de uma estrutura ad hoc leve e dinâmica para a gestão do fundo combinando as vantagens relativas do PNUD, PNUMA e Banco Mundial, e, a promoção internacional de uma metodologia sistêmica não-econômica e sofisticada de avaliação de custo-benefício na financiamento da custo incremental da proteção do ambiente global (Sand 1996, Viola 1997b).

A GLOBALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL

Além das características gerais do processo de globalização, existem alguns vetores específicos que promoveram a globalização da política ambiental no Brasil:

- 1- O consenso mundial (comunidade científica e formadores de opinião pública) sobre a importância decisiva da Amazônia, em termos de clima regional e biodiversidade global e o fato da Amazônia ter se tornado prioritária nos esforços de proteção das ONGs ambientalistas internacionais (Gash, Nobre, Roberts and Victoria 1996).
- 2- A formação de vastas coalizões transnacionais em torno de algumas questões específicas amazônicas: os impactos negativos de grandes projetos como o Polo Noroeste, Balbina, Tucuruí e pavimentação da BR364 entre Porto Velho e Rio Branco (e sua eventual prolongação até o Pacífico); o assassinato de Chico Mendes em 1988 e seu legado na concepção das reservas extrativistas; o estabelecimento das reservas indígenas; o garimpo e a contaminação das cadeias alimentares; a expansão altamente predatória da indústria madeireira; as realidades e controvérsias a respeito da bio-pirataria e dos direitos das populações tradicionais aos lucros da biotecnologia.
- 3- O impacto favorável que teve em diversos atores socio-políticos no Brasil a nova consideração da questão amazônica por parte de atores transnacionais estratégicos e que mudaram em poucos anos a percepção da floresta amazônica por parte da sociedade brasileira. Com efeito, até fins da década de 1980 a percepção da floresta Amazônica não diferia da percepção histórica das florestas Atlântica e da Araucária, que foram quase totalmente devastadas no processo de assentamento humano durante o século XX. Nesta visão a floresta Amazônica era mata a ser derrubada o mais rápido possível para promover o desenvolvimento agropecuário, barragem, mineral e urbano. A partir de aproximadamente 1988 processou-se uma acelerada mudança perceptiva nos formadores de opinião: a floresta amazônica passou a ser vista como um gigantesco reservatório de biodiversidade (com extraordinário valor econômico e estético) em que deveriam existir arquipélagos de extrativismo, indústria madeireira e mineração sustentável.
- 4- A influência de padrões internacionais de proteção ambiental sobre setores exportadores brasileiros com mercados nos países desenvolvidos, como papel/celulose, aço, fruticultura, alimentos processados derivados da avicultura/suínocultura.
- 5- A realização da UNCED no Rio em 1992.
- 6- A dramática mudança na disponibilidade de Fundos dos Bancos Multilaterais para o Brasil, em 1989-90, de barragens, rodovias e colonização da fronteira para saneamento básico, proteção ambiental, educação básica e reforma agrária.
- 7- O predomínio de uma orientação econômica aberturista e internacionalizante nas elites brasileiras desde início da década de 1990.
- 8- O processo de modernização acelerado do setor produtivo do Sul/Sudeste (tanto corporações transnacionais quanto nacionais) na primeira metade da década de 1990, o que incluiu também a absorção de tecnologias mais favoráveis a sustentabilidade ambiental, mesmo que numa escala e timing diferente dos países desenvolvidos.
- 9- A emergência e desenvolvimento, no período 1987-97, da Geração-92 do ambientalismo brasileiro: um vasto contingente de jovens de bom nível educacional que descobriram simultaneamente a natureza, a qualidade ambiental, as ONGs, as viagens/intercâmbios da vida globalizada e as virtudes do desenvolvimento pessoal reflexivo.

O GOVERNO COLLOR, 1990-92: A TRANSIÇÃO ACELERADA PARA A CENTRALIDADE E GLOBALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL SOB A INFLUÊNCIA DA RIO-92

A posição brasileira no sistema internacional tem mudado extraordinariamente desde a Conferência de Estocolmo em 1972, quando o Brasil co-liderou com a China a aliança dos países periféricos contrários a reconhecer a importância dos problemas ambientais. O modelo de desenvolvimento que estava no seu apogeu em 1972 baseava-se numa forte depleção dos recursos naturais considerados infinitos, em sistemas industriais muito poluentes e na intensa exploração de uma mão de obra barata e desqualificada. Entre 1950 e 1979 o Brasil foi uma das periferias mais dinâmicas do sistema mundial com tendência para ascender ao centro. Durante a década de 1970 o Brasil

(igual aos outros Novos Países Industrializados) foi um dos principais receptores de indústrias poluentes transferidas do Norte devido ao avanço da consciência ambiental. Com o novo paradigma tecnológico (informação intensiva) que se vai implantando no mundo a partir de início da década de 1980 as vantagens comparativas internacionais do Brasil tornam-se desvantagens: os recursos naturais clássicos perdem valor relativo, a tolerância para com a poluição torna-se um estigma, uma força de trabalho desqualificada é incapaz de operar os novos sistemas produtivos. Estas são algumas causas fundamentais da crise e conseqüente declínio brasileiro na década de 1980, ainda que devam assinalar-se também variáveis de natureza estritamente política vinculadas ao caráter da transição democrática (que exacerbou os particularismos) e a falta de renovação das elites políticas. Apesar de seu extraordinário custo social a crise do modelo de desenvolvimento tem tido um aspecto benéfico que é o de ter acelerado na opinião pública a tomada de consciência da devastação ambiental. Esta extraordinária mudança na opinião pública manifesta-se na posição do governo brasileiro em 1992, quase nas antípodas de Estocolmo 1972, muito sensível aos problemas ambientais (Guimaraes 1991, Hogan e Vieira 1992, Reis Velloso 1992, Santos 1993, Becker e Egler 1993, Martins 1994, Fonseca Júnior e Nabuco de Castro 1994, Guilhon Albuquerque 1996).

Quando Collor nomeia a Lutzenberger como secretário de meio ambiente, em março de 1990, sinaliza uma nova responsabilidade ambiental que o governo brasileiro pretendia assumir. A súbita conversão ambientalista de Collor explica-se pela necessidade de ganhar a confiança da opinião pública do Norte para seu programa econômico globalista-conservador que requer como um de seus elementos cruciais a vinda de novos investimentos estrangeiros ao país. No início de 1990 o ambientalismo tinha avançado extraordinariamente na opinião pública do Norte, a popularidade da proteção ambiental era muito alta (entre os três primeiros lugares em ordem de prioridade na maioria dos países) e as questões ambientais tinham ocupado o lugar mais destacado na agenda da reunião dos G7 em Paris (1989). Logo depois de eleito, Collor percebeu imediatamente que a ênfase na proteção ambiental era provavelmente sua maior moeda de troca na nova parceria pretendida com o Norte. Além disto, Collor também percebeu que a escolha do Brasil para sediar a UNCED-92 por parte da Assembléia Geral da ONU, efetuada poucos dias depois de sua eleição, dava-lhe uma grande oportunidade para projetar sua pessoa e seu governo no cenário internacional.

No primeiro ano de governo, Collor/Lutzenberger tomam algumas decisões importantes que lhe dão credibilidade diante do ambientalismo internacional: prorrogação da suspensão dos subsídios e incentivos fiscais para agropecuária na Amazônia, suspensão do programa de ferro-gusa da Amazônia oriental, maior monitoramento e fiscalização do desflorestamento com queda de 50% nas queimadas em agosto/outubro de 1990 (comparadas com o ano anterior); início da elaboração do macro-zoneamento ecológico-econômico, fim do programa nuclear paralelo dos militares e adesão do Brasil à política ocidental de não-proliferação nuclear (Arnt e Schwartaman 1992, D'Incao e Maciel de Oliveira 1994). Como produto destas medidas o presidente Collor torna-se por alguns meses um homem confiável para o establishment ocidental, capital que deteriora-se rapidamente em janeiro de 1991, quando a inércia da cultura do Brasil Potência e erros de avaliação estratégica dos militares e Itamaraty deixam ao país fora da coalizão anti-iraquiana.

Durante o ano 1991 a contenção das despesas públicas afetou negativamente a secretaria do meio ambiente, assim como a outros ministérios. A governabilidade do IBAMA que já era complicada anteriormente ficou muito difícil em 1991 devido ao forte achatamento salarial e ao sistemático retardamento governamental nas contrapartidas para liberação de empréstimos internacionais. A forte retórica pró-ambientalista de Collor não se traduziu numa significativa realocação do gasto público em favor da proteção ambiental. Contudo, apesar do arrocho orçamentário o governo adotou algumas medidas favoráveis na área ambiental: o BNDES apoia projetos de despoluição, entre os quais destacam-se por sua magnitude os da Baía da Guanabara e dos rios Tietê e Guaíba; estes projetos refletem a conscientização pública já que pela primeira vez obras de saneamento ambiental ocupam um lugar central no gasto público de vários Estados; é demarcada a reserva Yanomami em acordo com as reivindicações dos indígenas e seus aliados depois de um forte conflito com os militares e as elites amazônicas; realizaram-se, por convocatória do governo brasileiro, as reuniões de presidentes do Pacto Amazônico e do Mercosul cujos comunicados finais enfatizaram a necessidade de uma reforma da ordem mundial na direção do desenvolvimento sustentável e reconheciam que também os países do Sul deviam realizar esforços significativos para lidar com os problemas ambientais globais (Magalhaes Moura 1996, Vigevani 1997).

A posição do governo brasileiro no processo preparatório e na realização da Rio-92 foi fundada nos seguintes princípios: 1- os problemas ambientais globais são relevantes e devem ser tratados prioritariamente pela comunidade internacional; 2- existe responsabilidade diferenciada pela causa e pela correspondente solução dos problemas ambientais globais, sendo que os países ricos devem assumir um custo fortemente maior. Porém, a operacionalização da posição brasileira nos PREPCOMS (até março 92) foi afetada pelas diferenças entre o Itamaraty e Lutzenberger (que levantava posições mais radicais). Goldemberg, sucessor de Lutzenberger na secretaria de meio ambiente, liderou com sucesso junto com o novo chanceler Lafer (mais competente e consistente que Rezek na virada rumo ao globalismo) a posição brasileira na Rio-92, incluindo os aspectos organizativos e operacionais para a realização da conferência. Contudo uma nova clivagem, menor e de diferente signo da anterior aconteceu entre Goldemberg e Lafer: a posição do primeiro era mais Sulista inclinada a procurar alianças estratégicas com países como a Índia e China; a posição do segundo era mais Interdependentista inclinada a sintonizar-se com as posições dos países desenvolvidos, particularmente as européias. Durante a Conferência e o período imediato anterior, maio/junho de 1992, o governo brasileiro concluiu a mudança iniciada em fins de 1989 na direção de uma política exterior responsável no concernente a problemas ambientais globais: co-liderou na redação da Convenção de Biodiversidade; facilitou o acordo na convenção de mudança climática e teve posições consistentemente favoráveis a compromissos a favor do desenvolvimento sustentável na Agenda 21. Contudo, a posição brasileira foi irresponsável quando apoiou a Malásia na sua oposição a uma convenção sobre florestas.

A posição brasileira na UNCED pode ser enquadrada como um tênue Globalismo-progressista-sustentabilista inserido numa estrutura estatal em que predominam o Nacionalismo-conservador (declinante) e o Globalismo-conservador (ascendente). Apesar do seu caráter declinante, o Nacionalismo-conservador era ainda hegemônico em setores fundamentais da estrutura estatal como as Forças Armadas. Estas estavam desorientadas e perplexas devido ao colapso do comunismo em 1989, que tirou-lhes um elemento fundamental de sua justificativa histórica. A nova política exterior norte-americana favorável ao enfraquecimento das Forças Armadas na América Latina colocava àquelas numa posição extremamente defensiva; a identificação espontânea com o fortalecimento do Estado-nação foi a primeira resposta e decorrente disto a sua inclinação a aliar-se com as elites amazônicas contra as políticas de preservação e desenvolvimento sustentável defendidas pelo governo Collor.

A tênue posição Globalista-progressista-sustentabilista do Brasil foi produto da influência de cinco fatores: a- a crise do modelo desenvolvimentista brasileiro na década de 1980 tem produzido, na segunda metade da década, uma significativa abertura na opinião pública para a idéia de desenvolvimento sustentável (mesmo que a adesão a este ideal seja muito difusa); b- o presidente Collor incorporou uma sensibilidade para com os problemas ambientais, paradoxalmente devido à peculiaridade dos Globalismo-conservador num país como Brasil (necessidade de levar em alguma consideração problemas ambientais em função do extraordinário impacto potencial sobre a biosfera por deter a soberania sobre 2/3 da maior floresta pluvial do mundo); c- a matriz energética brasileira está fundada em recursos naturais renováveis (basicamente hidroelétrica e biomassa) num contexto em que a quase totalidade dos países é fortemente dependente em combustíveis fósseis ou nuclear, neste sentido o Brasil é uma espécie de vanguarda mundial de uma nova matriz energética orientada para a sustentabilidade; d- a sociedade brasileira vai tomando consciência da importância da floresta Amazônica (o grande reservatório mundial de biodiversidade) e conseqüentemente vai passando de um consenso favorável ao desmatamento (predominante até 1988) para um consenso favorável a uma combinação de preservação com desenvolvimento sustentável, tendendo a predominar na década de 1990; e- Brasil é o país sede da UNCED-92, a qual produz uma pressão estrutural em favor do compromisso com o Globalismo-sustentabilista (Crespo e Leytão 1993).

O processo de preparação e realização da UNCED impactou profundamente o movimento ambientalista brasileiro. Nas vésperas da realização da Rio-92 o Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais já tinha realizado sete Encontros plenários nacionais e contava com a filiação de aproximadamente 1.200 organizações. A preparação e realização do Fórum Global contribuiu fortemente para inserir o ambientalismo brasileiro num processo internacional de networking e também alargou o debate político-ideológico que tinha sido ainda pouco impactado pela queda do Muro de Berlim (Leis 1996).

O GOVERNO FRANCO, 1992-94: ESTAGNAÇÃO E RESISTÊNCIAS NA GLOBALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL

Com ascensão do Itamar Franco à presidência em outubro foi criado o Ministério do Meio Ambiente, o que em nada contribuiu para aumentar a importância da questão no governo. Durante o ano da gestão do senador paraense Coutinho Jorge o ministério esteve quase paralisado devido à convergência de vários fatores negativos: a- as questões ambientais perderam importância na opinião pública depois do pico atingido durante a Rio-92; b- Franco era menos sensível a questões ambientais do que Collor; c- Coutinho Jorge foi guiado por sua carreira como político profissional muito antes de que por um compromisso de proteger o ambiente ainda que ele não permitiu que interesses clientelísticos se apossassem do ministério; d- o ministério da fazenda atrasou a aprovação de financiamentos internacionais disponíveis (para desenvolvimento organizacional do ministério do meio ambiente e para programas específicos de proteção ambiental particularmente os vinculados com a Amazônia) que tinham como condicionalidade a contrapartida do Tesouro Federal; e- o corporativismo dos funcionários do IBAMA bloqueou as reformas organizacionais necessárias para incrementar a eficiência do ministério; f- a crise geral de governabilidade erodiu o interesse por questões de longo prazo concentrando toda a atenção pública em questões emergenciais de curto prazo.

Em agosto de 1993, dois eventos colocaram a Amazônia de novo no centro das preocupações do governo: as Forças Armadas norte-americanas desenvolveram operações de treinamento militar em Guiana, e um grupo de garimpeiros massacrou aproximadamente 20 índios Yanomami em sua reserva em Roraima (ainda que mais tarde se soubesse que o massacre ocorreu alguns poucos quilômetros dentro do território venezuelano) chamando imediatamente a crítica internacional, particularmente das ONGs. Esta combinação de eventos incrementou os temores da maioria dos militares. Sob pressão militar, Franco determinou a criação de um sofisticado sistema para controlar o espaço aéreo na Amazônia (SIVAM) e criou um ministério extraordinário para a coordenação das ações governamentais na Amazônia (que poucas semanas depois foi fundido com o ministério do meio ambiente). Para além das intenções militares, que combinam uma visão clássica da defesa nacional com novos ingredientes da era da globalização, o SIVAM poderia tornar-se muito útil para o avanço do Estado de Direito na área ao permitir monitorar os movimentos de narcotraficantes, garimpeiros e madeiros.

Em setembro de 1993, Ricupero (embaixador em Washington) foi nomeado ministro extraordinário para a coordenação dos assuntos amazônicos e poucas semanas depois substituiu a Coutinho Jorge assumindo um unificado Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia. O novo ministro despertou expectativa favorável na comunidade ambientalista devido a seu papel nas negociações da UNCED. Contudo, a maioria das limitações que dificultavam a gestão de Jorge continuavam presentes e a gestão de Ricupero culminou abruptamente quando Cardoso saiu do ministério para ser candidato a presidente, em abril de 1994. O novo ministro de meio ambiente, Brandão Cavalcanti, apesar de ter uma longa trajetória na área ambiental, apenas pode encarregar-se das questões administrativas mais urgentes até o fim do governo Franco em dezembro de 1994.

Em julho de 1994, o governo brasileiro -num processo muito reservado com participação central dos militares- decide-se em favor do sistema de radar oferecido pela corporação norte-americana Raytheon (historicamente ligada ao Pentágono) ao invés de um similar francês. A administração Clinton interveio ativamente em favor da Raytheon penetrando inclusive o establishment militar brasileiro. Provavelmente, a decisão a favor da Raytheon explica-se por uma combinação de interesses particularistas de setores militares brasileiros e uma inclinação da balança interna das FFAA em favor dos globalistas-conservadores e dos globalistas-conservadores-sustentabilistas. A decisão implicou uma definida derrota dos declinantes setores nacionalistas, já que estes tem como principal adversário ao governo norte-americano.

A questão ambiental não teve nenhuma importância na definição dos alinhamentos e das preferências da eleição presidencial de outubro de 1994: nenhum dos quatro candidatos principais (Cardoso, Lula, Amin e Brizola) deu o menor destaque a proteção ambiental na sua campanha eleitoral (embora Cardoso e particularmente Lula tenham dado alguma consideração no programa escrito). Aproximadamente 2/3 dos ambientalistas votaram por Lula e 1/3 por Cardoso. A mobilização dos ambientalistas na campanha eleitoral foi limitada, porém teve alguma importância em algumas eleições para governador e deputados federais e estaduais. Nos meses de outubro-

dezembro de 1994 uma parte significativa da comunidade ambientalista pressionou o presidente eleito para que este nomeara o deputado federal reeleito Fábio Felmann como Ministro do Meio Ambiente. A decisão final do presidente em favor de Krause, um político pernambucano sem nenhuma historia ambiental, foi coerente com a pouca importância dada por Cardoso a questão ambiental na sua historia política.

Durante os anos 1993-94 houve uma estagnação na capacidade dos grupos ambientalistas para recrutar novos ativistas, ainda que quase todas as associações criadas em anos prévios sobreviviam em fins de 1994. As reuniões nacionais dos ambientalistas estrito senso e socio-ambientalistas declinaram dramaticamente depois da Rio 92 devido a um retorno ao cotidiano das atividades locais e a falta de fundo para passagens aéreas. O fervilhar de idéias e práticas sociais que construiu a “Geração-92” do ambientalismo brasileiro declinou significativamente depois da UNCED, diante dos impasses gerados pela crise de governabilidade da sociedade, pela perda de importância da questão ambiental na opinião pública, pela exacerbação de conflitos organizacionais de cunho pessoal, pela diminuição de recursos financeiros das ONGs e pela bifurcação do processo de socialização das lideranças. Com relação a este último ponto, um setor da liderança intensivamente globalizada continua viajando muito (material e virtualmente) e vai reciclando suas idéias e práticas segundo a fronteira das agendas e arenas ambientais transnacionais. Outro setor da liderança sofre uma lentificação na intensidade da globalização interpessoal com relação ao período 1990-92, o que acarreta um sentimento de deprivação e estreitamento do mundo, que leva a muitos indivíduos empreendedores a retirar-se da vida pública ambientalista “empobrecida”, para assumirem negócios privados de horizonte globalizado (Ferreira e Viola 1996).

O GOVERNO CARDOSO (1995-98): GLOBALIZAÇÃO DOS PARAMETROS MACROECONOMICOS E SECUNDARIEDADE/DISSEMINAÇÃO LENTA DA SUSTENTABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O governo Cardoso tem sido contraditório na sua implementação da agenda de reforma básica que o elegeu presidente na onda do sucesso do Plano Real. Em algumas áreas tem sido lento e/ou fracassado: reforma fiscal e tributária, eliminação dos privilégios corporativos e da desfassagem contribuições/benefícios no sistema previdenciário, reforma administrativa, controle do deficit fiscal, adoção ampla de modelo de contrato de gestão para serviços públicos, reforma do sistema universitário, quebra das redes medico/hospitalares/burocráticas mafiosas no setor saúde, integração da política ambiental e sustentabilização das políticas públicas. Em outras áreas tem tido graus variáveis de sucesso: controle dos bancos federais/estaduais com submissão as regras do mercado, aceleração da privatização das empresas estatais, abertura da competição na área de exploração do petróleo, criação das agencias nacionais reguladoras das telecomunicações, energia e petróleo, combate crescente a sonegação fiscal, promoção da qualidade e da capacidade gerencial no ensino básico (Tavares de Almeida 1996, Jaguaribe 1996, Diniz 1997, Castro Santos 1997).

A pesar do estilo e da lógica presidencial de Cardoso serem muito diferentes do passado houve uma concessão exagerada à negociação particularista e de curto prazo com os diversos setores sociais representados no Congresso, e, conseqüentemente, as reformas cruciais para a consolidação da governabilidade racional de longo prazo foram obstaculizadas pela formação de coligações de veto *ad hoc* segundo as diversas questões. Cardoso desaproveito parcialmente um precioso capital político fundacional, que permitia-lhe (em começo de 1995) implantar algumas reformas a través de medidas provisórias, colocar ao Congresso sob pressão popular para legislar universalisticamente e conseqüentemente alargar o horizonte para a formação de uma coalizão reformista consistente.

As políticas públicas do governo Cardoso tem sido muito limitadas no referente a sustentabilidade ambiental. O programa *Brasil em Ação*, o conjunto mais expressivo de projetos governamentais ora em desenvolvimento, não tem compromisso com a sustentabilidade. Por mais que sejam visíveis os sinais de institucionalização dos sistemas de controle ambiental, eles são periféricos em relação aos sistemas de poder e têm aparatos pouco eficientes, ou são reféns de uma legislação incongruente e de políticas setoriais de curto prazo. A mudança da legislação ambientais em questões decisivas (Recursos Hídricos e Crimes Ambientais) tem sido muito lenta: ela sofreu distorções e vetos provenientes de setores tradicionais predatórios e a reorganização institucional necessária a sua plena vigência não encontra atores implementadores no núcleo do governo. A área ambiental do governo caracteriza-se pela fragmentação e incompetência gerencial, além de continuar isolada dos centros de decisão econômica, onde se definem as políticas de desenvolvimento. O projeto de reforma tributária em curso não toca em critérios de

sustentabilidade. A política ambiental internacional do Brasil é defensiva não aproveitando nas negociações globais as oportunidades abertas por cruciais vantagens comparativas: forte peso das fontes renováveis na matriz energética atual (hidroelétrica e biomassa) e potencial (solar, eólica); maior mega-biodiversidade do planeta e consequente grande potencialidade de desenvolvimento biotecnológico transnacionalizado; e, gigantescas florestas que produzem um serviço ambiental global sequestrando carbono (Viola e Leis 1997).

A Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável (CIDES) foi criada por Franco (junho de 1994) cumprindo quase ritualmente uma determinação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU depois de superados vários obstáculos criados pelo Ministério das Relações Exteriores que pretendia manter o controle sobre a estrutura e objetivos da Comissão. Em janeiro de 1995, o Ministro Serra tinha a posição estratégica para viabilizar a CIDES, tanto por ser o Ministro do Planejamento o Presidente da CIDES, quanto pela posição estratégico do próprio Ministro dentro do Gabinete. Serra tinha evoluído significativamente na compreensão dos problemas econômicos na era da globalização, desde sua posição original nacionalista cepalina, mas não tinha investido na compreensão do impacto da revolução ambiental nos processos produtivos (eficiência energética, reciclagem de materiais, controle total de poluição e *ecodesign*) sobre a teoria econômica. Por isto avaliava a sustentabilidade ambiental como um obstáculo ao desenvolvimento econômico, o que explica o veto silencioso para a implantação da CIDES.

É somente em 1996 que o Ministério do Meio Ambiente passa a mobilizar-se pela instalação da CIDES, inclusive propondo que seu centro seja deslocado para o MMA, associando esta iniciativa à elaboração da Agenda 21 nacional – um compromisso do Brasil a partir dos acordos da Rio/92, que até este momento não tinha sido objeto de nenhuma iniciativa no governo federal, apesar de estar sendo elaborada em algumas cidades como Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. Apesar da ofensiva retórica pró CIDES do MMA, o seu impacto no sistema era mínimo por uma conjunção de fatores: Ministro sem capacidade de liderança pela sua falta de história previa em questões ambientais; Secretaria Executiva com limitada capacidade gerencial mesmo tendo uma atitude corajosamente incisiva e fundacional na colocação da questão da sustentabilidade no conjunto do governo; estrutura organizacional com vários centros de poder (quatro secretarias e a presidência do IBAMA) com posições contraditórias em algumas questões e um processo decisório pautado pela mediação do ministro entre os cinco centros de poder ao invés de um efetivo centro de autoridade maximizada da coordenação, Secretária de Recursos Hídricos tributária de paradigmas e interesses convencionais; e, falta de prestígio suficiente da equipe do MMA, para ter capacidade persuasiva de reordenação paradigmática, no núcleo de poder do governo Cardoso (Malan, Kandir, Franco, Carvalho, Mota). Um outro fator que interferiu negativamente na instalação da CIDES foi a ocorrência de disputas intra-ministeriais e inter-ministeriais (MMA, Planejamento, Ciência e Tecnologia, e Relações Exteriores) pela posição de ponto focal do processo de coordenação de políticas de sustentabilidade ambiental dentro do Governo. Finalmente em fevereiro de 1997, o governo toma a decisão de não implementar a CIDES e cria uma Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável no interior da Câmara dos Recursos Naturais. Embora as forças sustentabilistas do governo tentaram apresentar esta decisão como um progresso dentro do possível da correlação de forças, tratava-se de uma clara derrota e retrocesso com relação a decisão de Itamar Franco de 1994.

O principal componente da nova política industrial, a política automobilística, pouco inova com relação ao passado, estando centrada apenas em atrair novos investimentos estrangeiros para maximizar a produção de carros sem considerar efetivamente as questões relacionadas a promoção do transporte coletivo, ao aumento da eficiência energética e diminuição dos poluentes dos veículos. O sucesso da atual política industrial está aumentando o congestionamento de trânsito nas cidades, e aumentando as emissões de CO₂ e poluição com a consequente diminuição da qualidade de vida. De outro lado, o programa de promoção da qualidade total nos processos produtivos, sempre sinérgico com a sustentabilidade ambiental, adquire uma importância crescente nas políticas do ministério aprofundando e expandindo processos já desenvolvidos nos setores industriais mais modernos e internacionalizados.

A política do ministério dos transportes continua baseada no rodoviarismo automobilístico, onde a preocupação quase única é instituir novos mecanismos que estimulem a construção de rodovias e não existe espaço para o desenvolvimento das modalidades ferroviárias, metro de superfície, hidroviária e cicloviária, e, muito menos existe consciência do caráter estratégico da promoção das estruturas interligadas. Contudo deve destacar-se o papel positivo do ministério no início do processo de des-estatização da construção e manutenção das rodovias e no processo de privatização da Rede Ferroviária

Federal. É importante considerar que, apesar do papel central dos governos municipais e estaduais, somente o governo federal pode dar um incentivo forte e coordenado ao transporte coletivo (ônibus, tranvia, metrô, trem, barco, avião) e bicicletas em detrimento do carro individual. Para isto é fundamental combinar incentivos econômicos (impostos fortemente progressivos sobre os carros segundo sua eficiência energética, alta taxa de estacionamento urbano, subsídios para tarifas de transporte coletivo popular) e regulações (controle rigoroso de emissões), sendo que o governo Cardoso tem sido bastante deficitário neste campo. Considerando o atual estado da cultura mundial, é necessário evitar utopismos ingênuos sobre uma eventual diminuição da produção de carros. Parece mais apropriado apostar no uso mais racional do carro, na eficiência energética, no controle rigoroso das emissões, na boa manutenção e na responsabilidade empresarial pela reciclagem quando concluída a vida útil.

A reforma tributária tem um papel central para a sustentabilidade ambiental e até agora o governo tem sido tímido na encaminhamento da reforma e limitado no seu horizonte. Com efeito, a simplificação de tributos, a reestruturação do pacto federal e a progressividade dos impostos são dimensões necessárias mas não suficientes da reforma tributária. A introdução de um imposto ambiental -incidindo sobre a poluição, a depleção de recursos naturais, o consumo ineficiente de energia e o desperdício de materiais- torna-se uma questão fundamental para promover a sustentabilidade. Infelizmente esta é uma área em que a consciência e capacidade de formulação dentro do governo é muito baixa. Também seria necessária a eliminação de subsídios clássicos ao desenvolvimento e sua substituição por outros que fomentem eficiência energética, reciclagem de materiais, energias renováveis, conservação dos solos e industrialização aproveitando biomassa local. A política bancária reluta em introduzir componentes sustentabilistas consistentes nos critérios de outorgamento de crédito, ainda que deve reconhecer-se um avanço com o protocolo verde para os bancos oficiais.

A política energética se caracteriza pela falta de direcionamento de longo prazo que valorize ao máximo a conservação da energia e as energias renováveis descentralizadas que tantas potencialidades tem em Brasil (medias, pequenas e microhidroelétricas, solar, eólica, biomassa diversificada, etc.). A política energética tem tido eixo na maximização da produção de petróleo, embora existam mudanças favorecedoras da eficiência ao ser quebrado o monopólio da Petrobras, criada a Agencia Nacional do Petróleo, estimulado a produção de gás natural no país, implementada a construção do gasoduto boliviano, criada a Agencia Nacional da Energia e iniciado a privatização do setor elétrico. A retomada da construção da usina de Angra 2 (tecnologicamente obsoleta) é um desastre do ponto de vista da sustentabilidade.

A política agrícola federal continua sem atacar três dos problemas fundamentais do campo brasileiro: o desperdício de produtos na colheita, estocagem e transporte; a falta de incentivos econômicos para a conservação dos solos e mananciais; e o uso excessivo e irracional de agroquímicos. Depois de um longo período de paralisia, a questão da reforma agrária adquiriu importância para o governo devido a repercussão da massacre de Eldorado de Carajás e ao rápido crescimento do Movimento dos Sem Terra. A criação do Ministério Extraordinário da Política Fundiária (abril de 1996) implicou um grande progresso nesta área. O componente sustentabilista não tem entrado com força suficiente na agenda por causa da falta de sensibilidade da maioria das lideranças do MST.

Na política de ciência e tecnologia continua existindo pulverização de recursos e falta de definição de prioridades e coordenação nacional de esforços de pesquisa, o que é de crucial importância, particularmente nas áreas de biodiversidade/biotecnologia, agrosilvicultura, energias renováveis e ecodesign apropriados ao mundo tropical (Sachs 1997, Oliveira 1997). Contudo, o PADCT de Ciências Ambientais e o Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais/MCT (área de desenvolvimento científico-tecnológico) estão cumprindo um papel relevante, mas insuficiente, na promoção da pesquisa em meio ambiente (Batmanian 1994). Como produto do fomento de aqueles programas houve uma revitalização de alguns centros de pesquisa interdisciplinares em meio ambiente e a emergência de novos centros dinâmicos. A proliferação de cursos de pós-graduação interdisciplinares em meio ambiente, apesar de ser um indicador da vitalidade da comunidade brasileira das ciências ambientais, teve uma dimensão negativa que é a falta de coordenação nacional de esforços. A aprovação pelo Congresso da lei de patentes (abril de 1996) constitui-se num momento crucial do processo de integração do Brasil na economia globalizada. Esta lei coloca o Brasil dentro das regras de jogo da contemporaneidade no que se refere a importância dos investimentos científicos nos processos produtivos e abre um horizonte favorável para o desenvolvimento de processos produtivos sustentáveis. Agindo com uma coragem que lhe faltou em outras áreas o governo Cardoso conseguiu derrotar uma poderosa coalizão de forças nacionalistas, diversos corporativismos setoriais e representantes de forças religiosas que tinham bloqueado por vários anos uma lei fundamental para alavancar uma política de ciência e tecnologia sinérgica com o processo de globalização. Contudo, o governo Cardoso não tem tido iniciativa numa área internacional crucial para o Brasil: promover uma redefinição das regras do

jogo no referente a biodiversidade/propriedade intelectual que condicione a concessão de patentes no mundo a informação sobre a fonte do material genético e ao consentimento/acordo dos países/comunidades de origem. Esta redefinição implicaria uma mudança dramática da agenda internacional incrementando pro-ativamente as conexões entre a Convenção de Biodiversidade e o Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS/WTO) e desenvolvendo sua contrapartida na estruturação organizacional do Estado com a criação de uma rede densa envolvendo setores apropriados dos ministérios de relações exteriores, indústria e comércio, ciência e tecnologia e meio ambiente.

Em termos estruturais a política da saúde tem tido bastante dificuldades para quebrar o processo prévio de privatização do Estado no qual formou-se um poderoso complexo burocrático-médico-hospitalar marcado pela corrupção, a baixa qualidade dos serviços públicos, o déficit no controle de qualidade dos medicamentos, os altos preços dos seguros de saúde e a cartelização e reserva de mercado das empresas nacionais de seguro de saúde. A gestão de Serra a partir de abril de 1998 parece constituir-se num ponto de inflexão. Na área de saúde ocupacional e fiscalização de condições de trabalho, responsabilidades partilhadas entre os ministérios da saúde e do trabalho, verifica-se um retrocesso. Os processos de flexibilização do contrato de trabalho e terceirização de partes dos processos produtivos e de apoio, apesar de necessários em função das novas características dos processos produtivos tem implicado em muitos casos (por exemplo nos pólos Petroquímico de Camaçari e Trunfo), um deterioro da saúde ocupacional ou da capacidade dos trabalhadores colocar limites a parâmetros de risco pouco prudentes estabelecidos pelos gerentes. No referente a articulação entre saúde pública e saneamento básico as iniciativas efetivas são insuficientes. Um investimento maciço em saneamento básico acompanhado da necessária mudança de hábitos e padrões culturais se traduziria rapidamente numa melhora extraordinária da saúde da população, já que uma parte fundamental das doenças no Brasil são de veiculação hídrica.

O Ministério de Relações Exteriores tem tido posições bastante diferenciadas nos diversos foros internacionais indo desde posições definidamente pro-sustentabilidade na Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU até posições economicistas estreitas no debate sobre o estabelecimento de padrões mínimos de proteção ambiental no comércio internacional (Maciel 1997). Na política de integração no MERCOSUL o maior avanço brasileiro em termos de padrões, normas e tecnologias ambientais não tem se traduzido numa liderança capaz de introduzir de modo significativo a sustentabilidade ambiental na agenda da integração. Com relação a negociação do Protocolo de Kyoto da Convenção de Mudança Climática (1997) a posição brasileira foi defensiva e rígida aliando-se com países emergentes com matriz energética dependente de combustíveis fósseis (China, Índia, Indonésia, México e Rússia) ao invés de assumir posições diferenciadas a partir de sua matriz energética de base renovável (hidroelétrica e biomassa) e sua vasta floresta tropical que o levassem a aliar-se com a União Européia, Noruega e Estados-ilhas na questão da redução das emissões de gases estufa; com EUA, Japão e Argentina na questão da criação do mercado de cotas de emissão negociáveis; e, com os países florestais com capacidade real/potencial de controle do desmatamento (Austrália, Costa Rica e Canadá) na questão do reconhecimento da serviço global prestado pelas florestas como sequestradores de carbono.

A política do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia tem se pautado pelo déficit de liderança, de capacidade gerencial e de eficiência alocativa. O IBAMA continua sendo uma agência de difícil governabilidade e com uma péssima distribuição geográfica e funcional dos seus recursos humanos: um excesso de funcionários em atividades meio em Brasília e nas capitais e uma dramática carência de funcionários em atividades fim em campo. Os problemas do IBAMA são uma das causas fundamentais (além do crescimento econômico) de um novo aumento das queimadas e desmatamento na Amazônia verificado a partir de 1995 (depois da queda no período 1990-94). A seca no nordeste teve um novo pico em 1998 sem que houvesse uma política pública pro-ativa, apesar da previsão científica sobre a severidade do problema. A maior parte do fundo criado para combater os efeitos do El Niño foram desviados para a política clientelística. A política federal de recursos hídricos continua tributária de interesses oligarquico/clientelísticos Nordestinos e do esbanjamento de recursos próprios da tradição da indústria da seca. O projeto de desvio do rio San Francisco está sendo processado sem uma avaliação custo/benefício rigorosa e corre o risco de ser tributário de interesses particulares e visões ideologizadas de vários espectros. Do outro lado da seca, na cada vez mais crucial política de combate as enchentes urbanas, o MMA também não teve capacidade para definir e coordenar estratégias municipais e estaduais (Cordani, Marcovitch e Salatti 1997).

A política amazônica do Brasil continua basicamente em um impasse devido a extraordinária complexidade dos atores envolvidos e seus alinhamentos (Campos Mello 1996, Diegues 1997). Em 1998 existem seis posições principais no governo e na sociedade brasileira com relação a política amazônica: Nacionalistas-conservadores, Nacionalistas-progressistas-sustentabilistas, Globalistas-conservadores, Globalistas-progressistas, Globalistas-conservadores-

sustentabilistas e Globalistas-progressistas-sustentabilistas. Estas correntes cortam as instituições de um modo muito complexo, desde que, em quase todas elas existem representantes de várias delas.

Os Nacionalistas-conservadores são favoráveis a continuar os grandes direcionamentos da política desenvolvimentista na Amazônia estabelecida pelo regime militar na década de 1960 (estímulo às migrações e ao garimpo, grandes hidroelétricas, rápida exploração mineral, rápida aculturação dos índios, incentivos à exploração generalizada da madeira) ainda que cuidando de limitar os aspectos mais irracionais do desmatamento. Os Nacionalistas-conservadores são hoje apenas minoritários nas Forças Armadas e na burocracia civil, porém são fortes no setor menos eficiente e internacionalizado do empresariado e nas populações urbanas da Amazônia (em particular as novas elites político-econômicas).

Os Nacionalistas-progressistas-sustentabilistas são favoráveis a uma política de contenção das atividades econômicas em larga escala (particularmente aquelas controladas por corporações transnacionais), do garimpo, e de apoio às atividades extrativistas em pequena escala desenvolvidas pelos povos da floresta (índios, seringueiros, ribeirinhos). Uma parte substancial da Amazônia deveria ser preservada pelo seu valor estético e científico, ainda que a associação entre biodiversidade e biotecnologia devesse ser encarada com extrema prudência. Os NPS valorizam uma forte intervenção do Estado tanto como operador dos sistemas produtivos quanto para promover o bem-estar social. Os NPS têm expressão minoritária na burocracia civil e militar e estão bem representados no movimento ambientalista. Em nível partidário tem alguma importância no PT e PSB.

Os Globalistas-conservadores são favoráveis a um estímulo indiscriminado a investimentos estrangeiros na Amazônia (sobretudo nas áreas de mineração, energia, madeira, transportes e aproveitamento direto-imediato da biodiversidade), e à promoção de imigração nacional e internacional para a região. Para os GC, a Amazônia é uma área destinada basicamente a ser ocupada por atividades econômicas desde que não promovam um desmatamento excessivo que coloque em risco a estabilidade do clima regional e um mínimo de responsabilidade exigido do Brasil pela comunidade internacional. O papel do Estado restringir-se-ia apenas a garantir o Estado de Direito e atenuar as formas extremas de pobreza; a lógica do mercado mundial deveria trazer a prosperidade à região. Os GC têm posição minoritária na burocracia civil e militar e são muito fortes nos setores mais internacionalizados do empresariado e no segmento gerencial das corporações transnacionais radicadas no Brasil. A nível partidário são expressados pelo setores modernos do PFL e do PPB.

Os Globalistas-progressistas têm posições similares aos Globalistas-conservadores com relação à rápida exploração dos recursos da Amazônia, porém a diferença daqueles são favoráveis a uma intervenção incisiva do Estado Nacional para consolidar o Estado de Direito e atenuar as assimetrias sociais. Os GP são muito fortes na burocracia civil e crescem bastante nas FFAA., e são importantes nas camadas médias urbanas do Sul/Sudeste. A nível partidário são expressados por setores importantes do PSDB e minoritários do PT.

Os Globalistas-conservadores-sustentabilistas são favoráveis a preservar intacta uma parte muito vasta da Amazônia, o eixo de seu programa resume-se na implantação de unidades de conservação, na contenção das migrações e no controle drástico do crescimento populacional na região. Para os GCS as funções fundamentais do Estado Nacional seriam repressivas com respeito às atividades predatórias e de coordenação com organizações intergovernamentais e não-governamentais internacionais da implantação e gerenciamento das unidades de conservação. Os GC são quase inexpressivos fora de um pequeno setor muito internacionalizado da comunidade ambientalista.

Os Globalistas-progressistas-sustentabilistas são favoráveis a uma combinação de preservação e desenvolvimento sustentável com alta tecnologia para a Amazônia: 1- fortalecimento do Estado de direito com o aumento da presença da União (Justiça, Polícia, Forças Armadas), 2- combate ao narcotráfico, ao garimpo predatório e ao desmatamento irracional, 3- proteção das comunidades indígenas; 4- desestímulo à migração de trabalhadores não qualificados; 5- definição e demarcação da propriedade pública, comunitária e privada; 6-consolidação do zoneamento ecológico-econômico; 7- ampliação da cooperação internacional para: a- desenvolvimento de setores produtivos sustentáveis, b- erradicação da pobreza através de investimentos em planejamento familiar, educação, saúde, saneamento básico e moradia, c- preservação e uso da biodiversidade, d- incentivo à vinda e fixação de cientistas e técnicos nacionais e internacionais, e, e- formação de 'joint ventures' em setores produtivos informação-

intensivos (laboratórios farmacêuticos, de biotecnologia, climáticos). Para os GPS o Estado federal deve ocupar um papel estratégico complementando-se com o componente de tendências sustentabilistas do mercado mundial para o desenvolvimento da Amazônia. Os GPS ocupam posição importante em algumas áreas do Estado (Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente), no setor ambientalizado do empresariado (expressado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável) e num setor das ONGs ambientalistas. A nível partidário são majoritários no frágil Partido Verde e tem alguma expressão no PSDB e no PT.

GLOBALIZAÇÃO-SEGMENTADA OU GLOBALIZAÇÃO-INTEGRADORA?

A contemporaneidade rejeita cada vez mais pensamentos lineares e vai minando intelectuais e elites políticas que ainda seguem pensando dentro dos paradigmas simplificantes do século XX. O processo de horizontalização e democratização da sociedade brasileira realiza-se em vários níveis: na escola, na família, nas organizações sociais, nos sindicatos, no Estado e nas empresas. Este processo de democratização implicou um extraordinário progresso, mas teve também algumas dimensões negativas. Ele sobredimensionou a retórica da participação popular e a capacidade de negociação particularista de interesses e simultaneamente manteve a dualidade social com um vasto contingente de cidadãos políticos que não são cidadãos do ponto de vista social.

A democracia tem uma dupla dimensão. Em primeiro lugar implica processos decisórios baseados numa lógica pública e universal e nesse ponto a democracia requer uma engenharia institucional que favoreça o interesse público, que não é um agregado de interesses particulares. A outra dimensão da democracia, é o desenvolvimento da capacidade organizatória, articulatória e reivindicatória de diversos grupos particulares. Essas duas lógicas são complementares e contraditórias simultaneamente. A maioria das pessoas no Brasil pensa erradamente que as duas lógicas são fundamentalmente complementares. No Brasil dos anos 80 houve um hiperdesenvolvimento da lógica de negociação particularista de múltiplos grupos de interesses e corporações (privados e estatais), o que ficou nitidamente expresso no texto da Constituição de 1988. A maximização das capacidades particularistas afeta cada vez mais os processos decisórios (no Brasil e em vários países do mundo) no sentido da formação de coligações de reforma e veto em torno de questões separadas. O problema é que em cada questão separada as coligações de veto são geralmente mais poderosas que as coligações de reforma orientadas pelo interesse público e de longo prazo.

Esta dinâmica democrática de conteúdo particularista e curtoprazista afetou muito as possibilidades expansivas das forças sociais sustentabilistas. O ambientalismo não é produtor deste problema, porém, ele é um dos atores mais afetados porque a questão ambiental é uma questão pública por excelência. Não é que para proteger o ambiente você precise apenas de mecanismos regulatórios de comando e controle, pelo contrário, precisam-se também de muitos incentivos de mercado e disseminação educacional de novos valores. Para a questão ambiental, público significa prioritariamente que o processo decisório tenha um forte componente de lógica universal porque ela penetra tudo.

Brasil encontra-se, como a grande maioria dos países, no meio de um processo de grandes transformações produzidas pelos seguintes vetores principais: a aceleração da globalização econômico-financeira; o enfraquecimento da capacidade regulatória do Estado-nação; o fim do mundo bipolar; o declínio das ideologias coletivistas frente as individualistas; a desintegração do pacto social corporativista-excludente estruturado na década de 1930; a erosão das estruturas de poder político patrimonial-clientelistas herdadas da sociedade pré-industrial; o desenvolvimento de um novo paradigma produtivo intensivo em capital e tecnologia, e, poupador de matérias primas e mão de obra; a revolução informacional-educacional que redefine dramaticamente os parâmetros mínimos de qualificação para um indivíduo estar integrado na sociedade; a ambientalização das mentalidades, dos sistemas produtivos e dos modos de vida; e, a expansão da violência social e do crime internacional organizado.

No que diz respeito a estas transformações estruturais, o Brasil enfrenta, em varias dimensões dilemas cruciais, cuja definição dar-se-á provavelmente num período curto de uma a duas décadas. Existem basicamente dois cenários futuros: um é a continuidade do atual processo de Globalização-segmentada (que substituiu o modelo nacionalista vigente até 1990), o outro é a mudança para uma nova dinâmica de Globalização-integradora.

O cenário da Globalização-segmentada teria as seguintes características fundamentais:

1- Continuidade da aliança sociopolítica dominante desde 1994 entre o Establishment da Globalização (organizações e indivíduos com qualificações e competitividade global) e forças nacionalistas defensivas de base regional com capacidade de suporte político-eleitoral (organizações e indivíduos sem qualificações e competitividade global). Esta coalizão está formada pelo PSDB e setores modernos do PFL/PPB/PTB/PMDB expressando o Establishment da Globalização e setores tradicionais do PFL/PPB/PTB/PMDB expressando as forças nacionalistas defensivas.

2- Continuidade atenuada do déficit fiscal e um aprofundamento da abertura comercial, financeira e de investimentos na qual o Estado desempenharia um papel irrelevante frente ao mercado na alocação de recursos e na eventual correção de assimetrias sociais extremas.

3- Reforma lenta do Estado com expansão em quantidade e coordenação dos subsistemas gerenciais eficientes, porem com sobrevivência de vastos subsistemas burocráticos clientelísticos que drenariam a eficiência sistêmica do Estado.

4- Sistema educacional dividido em três subsistemas em termos de qualidade. Primeiro um subsistema de boa qualidade que educa segundo parâmetros internacionais, formado por uma minoria das escolas básicas-medias privadas e uma minoria das universidades publicas. Segundo um subsistema precário que educa de modo limitado e defasado das atuais necessidades sócio-econômicas, formado pela maioria das escolas básicas-medias privadas, por uma proporção (variável segundo os Estados) de escolas básicas-medias publicas, pela maioria das universidades publicas e por uma minoria das universidades privadas. Terceiro um subsistema ruim (onde os estudantes passam o tempo para obter um degrau de valor apenas formal) formado por proporções (variáveis segundo os Estados) das escolas básicas-medias publicas e privadas, uma minoria das universidades publicas e uma maioria das universidades-faculdades privadas.

5- Secundariedade da proteção ambiental (com alta diferenciação estadual e municipal e tendendo a marginalidade no Norte-Nordeste) e predomínio total dos mecanismos de comando e controle. Supõe um sistema contraditório no nível da legislação com áreas de normas substantivas claras e outras áreas confusas e normas de procedimento predominantemente ineficientes.

6- Continuidade do desenvolvimento predatório com ilhas de preservação precária na Amazônia. Supõe políticas clássicas de desenvolvimento, porem misturadas com incentivos descoordenados a sistemas produtivos sustentáveis nas margens e formas precárias de preservação de áreas consideradas marginais do ponto de vista econômico.

7- Continuidade da presente política de defesa e externa globalista pragmática. Supõe a aceitação do processo de globalização e uma política de maximização caso a caso dos interesses econômicos baseados no espaço nacional brasileiro, incluindo uma aceleração da integração econômica mercosulina. As Forças Armadas continuam sendo reestruturadas numa direção profissionalizante. O Estado brasileiro mantém uma posição reticente ou contraria a construção de instituições de governabilidade global.

O cenário da Globalização-integradora teria as seguintes características fundamentais:

1- Redefinição da aliança sociopolítica predominante desde 1994 com a entrada de organizações e indivíduos globalizados que tem se mantido na oposição (setores modernos e globalistas do PT/PPS/PSB/PV) e a passagem para a oposição de organizações e indivíduos nacionalistas defensivos de base regional (setores tradicionais do PFL/PPB/PTB/PMDB). O PSDB continuaria sendo o eixo da coalizão, mas numa nova configuração estrutural, tendo agora um aliado mais conservador (setores modernos do PFL/PPB/PTB/PMDB) e um aliado mais progressista (setores modernos do PT/PPS/PSB/PV).

2- Aprofundamento seletivo da internacionalização econômica com diminuição dramática do déficit fiscal e papel ativo do Estado como agente estratégico no apoio temporário a algum setores econômicos em que Brasil tem vantagens competitivas na economia globalizada. Também haveria um papel estratégico do Estado nas políticas sociais que favoreceriam a transição para uma sociedade de mercado social-democrata, incluindo um novo pacto social com predomínio das responsabilidades individuais segundo a dinâmica do mercado e complementado por uma intervenção estatal para atenuar as assimetrias extremas.

3- Reforma rápida e profunda do Estado com desenvolvimento de um Estado Gerencial-Publico: forte aumento de sua eficiência, qualificação estendida dos seus funcionários, orientação universalista, estrutura matricial e transformação de múltiplas agencias estatais em organizações sociais. Este processo supõe uma transformação dos atuais alinhamentos intra-estatais, com uma parte do funcionalismo (hoje em atitude contraria ou passiva) passando a apoiar abertamente a reforma.

4- Sistema educacional integrado com um subsistema básico-medio equitativo e um subsistema superior meritocrático. Supõe uma efetiva inversão de prioridades na alocação de recursos educacionais em favor do ensino básico-medio com o objetivo de proporcionar educação universal de qualidade, uma ênfase no desenvolvimento integral do indivíduo (intelecto, emoções, corpo e autoconhecimento), o fim da educação superior gratuita com a passagem para um sistema publico com pagamento de matricula (compensado por sistema de bolsas e credito educativo baseado no mérito e na situação financeira das famílias), o controle de qualidade rigoroso na educação superior e uma vinculação das universidades com as empresas.

5- Sustentabilidade ambiental no centro do desenvolvimento e incorporação dos princípios da revolução ambiental (eficiência energética, reciclagem de materiais, controle de poluição e design ecológico) no conjunto do sistema produtivo a traves de uma orientação sustentabilista de todas as políticas publicas e de um sistema de taxaço que incorpora o imposto a poluição e depleção de recursos reestruturando os clássicos tributos a renda, lucros e circulação de mercadorias. Desenvolvimento de um sistema estruturado e coordenado de regulações/limites com relação a produção de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões gasosas baseadas no principio poluidor-pagador complementado com um subsistema de licenças de poluição comercializáveis, e uma capacidade efetiva de implementação da legislação.

6- Desenvolvimento sustentável na Amazônia com uma drástica reorientação da política de desenvolvimento baseada no estímulo a sistemas produtivos sustentáveis com forte incorporação de tecnologia e ampla abertura ao capital/cooperação internacional. Neste esquema o zoneamento ecológico-econômico e as joint-ventures Estado-corporações transnacionais ocupam um lugar estratégico dividindo-se a Amazônia em quatro grandes subsistemas: áreas de desenvolvimento sustentável de alta tecnologia, áreas de desenvolvimento sustentável de limitada tecnologia/extrativismo, áreas de preservação/turismo ecológico e áreas de preservação radical.

7- Política de Defesa e Externa Globalista-progressista que supõe um papel ativo e de liderança do Brasil no processo de construção de regimes e instituições de governabilidade global, incluídos a reforma drástica das Nações Unidas e do sistema Bretton Woods: passagem de organização internacional a organização transnacional, criação de estruturas de tributação transnacional (taxação por parte de uma autoridade transnacional da circulação de capital financeiro, do comercio internacional e das emissões de gases estufa), combate a proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime internacional organizado. Neste cenário as Forças Armadas são redimensionadas e reestruturadas para agir como mantenedoras e/ou reestabeledoras do Estado de Direito na Amazônia e em áreas internacionais de conflito.

Os alinhamentos político vigentes em julho/1998 apontam para uma probabilidade muito maior de continuidade do processo de Globalização-segmentada do que a passagem para a Globalização-integradora. Visto desde as tendências predominantes de hoje, o Brasil do século 21 será uma sociedade da informação globalizada segmentada, continuadora da sociedade industrial-agraria de altas assimetrias que vigorou na segunda metade do século XX. Porém, existe suficiente incerteza sistêmica como para que (nos próximos anos) novos acontecimentos mundiais e transformações na cultura política e no peso relativo dos setores sociais na sociedade brasileira, possam levar a uma redefinição no sentido da Globalização-integradora.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARBER, B. 1995: Jihad vs. McWorld. New York, Ballantine Book.

BATMANIAN, G. 1994: "The Pilot Program to Conserve the Brazilian Rainforests", In: International Environmental Affairs, Vol 6, No 1.

BEKER, B. e EGLER, C. 1993: Brasil: uma Potência na Economia Mundo. Rio, Bertrand Brasil.

BENEDICK, R., 1991: Ozone Diplomacy. New Directions in Safeguarding the Planet. Harvard University Press.

- BROWN et al. 1996, 1997 e 1998: State of the World. A Worldwatch Institute Report on Progress toward a sustainable Society. New York, Norton.
- BUTTEL, F. A. Hawkins and A. Power, 1990: «From limits to growth to global change: constraints and contradictions in the evolution of the environmental science and ideology» In: Global Environmental Change. Human and Policy Dimensions. vol 1, Nº 1.
- BUZAN, B., 1991: People, States and Fear. Na Agenda for International Security Studies in the Post-cold War Era. London, Harvester Wheatsheaf.
- CAIRNCROSS, F. 1992: Costing the Earth. The Challenge for Governments, The Opportunities for Business. Harvard Business School Press.
- CALDWELL, L. 1984: International Environmental Policy. Duke University Press.
- CALDWELL, L. 1990: Between two Worlds. Science, the Environmental Movement and Policy Choice. Cambridge University Press.
- CALDWELL, L. 1992: «Globalizing environmentalism: threshold of a new phase in international relations» in R. Dunlap and A. Mertig (ed.) American Environmentalism. The U.S. Environmental Movement 1970-1990. Washington, Taylor and Francis.
- CAMARGO, S. "Economia e Política na Ordem Mundial Contemporânea" In: Contexto Internacional, Vol. 19, No 1.
- CAMPOS MELLO, V. 1996: "Globalização e Desenvolvimento Sustentável: O Caso da Amazônia Brasileira" IN: Contexto Internacional, Vol. 18, No 2.
- CANÇADO TRINDADE, A e Faro de Castro, M (orgs.) 1997: A Sociedade Democrática no Final de Século. Brasília, Paralelo 15.
- CASTRO SANTOS, M. 1997: "Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pos-Constituinte" IN: Dados, Vol. 20, No 3.
- CLARK, W. VAN EIJNDOVEN, C. and JAEGER, J. (eds.) 1998 Learning to Manage Global Environmental Risks: A Comparative History of Social Responses to Climate Change, Ozone Depletion, and Acid Rain. Cambridge, MIT Press
- CHARNOVITZ, S. 1996: "Trade Measures and the Design of International Regimes," Journal of Environment and Development, 5: 168-196
- CHAYES, A and HANDLER CHAYES, A 1995: The New Sovereignty: Compliance with International Regulatory Agreements. Harvard University Press
- COLARD, D 1996: La Société Internationale après la Guerre Froide. Paris, Armand Colin.
- COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE 1995: Our Global Neighbourhood. Oxford University Press.
- CORDANI, H., J. Marcovitch e E. Salati (org.) 1997: Rio 92 Cinco Anos Depois. São Paulo, EDUSP.
- CRESPO, S. e P. Leytão 1993: O que Pensa o Brasileiro da Ecologia. Brasília, CNPq.
- DEUTSCH, D. 1997: The Fabric of Reality. The Science of Parallel Universes and its Implications. New York, Allen Lane.
- DIAMOND, L. and M. Plattner (ed.) 1993: The Global Resurgence of Democracy. Baltimore, John Hopkins University Press.
- DIEGUES, A 1997: "Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comuns dos Espaços e Recursos Naturais" In: Paulo Vieira e Jacques Weber (org.) Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento. São Paulo, Cortez.
- DINIZ, E. 1997: Crise, Reforma do Estado e Governabilidade. Rio, Editora da Fundação Getulio Vargas.
- DREIFUSS, R. 1996: A Época das Perplexidades: Mundialização, Globalização e Planetarização. Petrópolis, Vozes.
- DUNLAP, R., G. Gallup Jr. and A. Gallup 1993: «The health of the planet survey. A report on attitudes toward the environment and economic growth measured by surveys of citizens in 22 nations to date», Princeton, Gallup Institute.
- FALK, R. 1995: On Human Governance. Toward a New Global Politics. Cambridge, Polity Press.
- FEATHERSTONE, M. 1994: Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, Vozes.
- FERREIRA, L. E. Viola (org.) 1996: Incerteza de Sustentabilidade na Globalização. Campinas, Editora da UNICAMP
- FONSECA JUNIOR, G. e S. Nabuco de Castro (orgs.) 1994: Temas de Política Externa Brasileira 2, vol. 1. São Paulo, Paz e Terra.
- FONTAINE, A 1996: Après eux, le Déluge. De Kaboul à Sarajevo, 1979-1995. Paris, Fayard.
- FOSSAERT, R. 1991: Le Monde au 21e Siecle. Une theorie des systemes mondiaux. Paris, Fayard.

- GEHRING, T. 1994 *Dynamic International Regimes: Institutions for International Environmental Governance*. Frankfurt am Main: Peter Lang
- GUIDENS, A , 1990: *The Consequences of Modernity*. Cambridge University Press.
- GUIDENS, A , 1991 : *Modernity and Self-Identity*. London, Cambridge University Press.
- GUIDENS, A , 1994: *Beyond Left and Right. The Future of Radical Politics*. London, Cambridge University Press.
- GUILHON ALBUQUERQUE, J. (org.) 1996: *Diplomacia para o Desenvolvimento. Sessenta Anos de Política Externa Brasileira, 1930-1990*. São Paulo, EDUSP.
- HAAS, P. (ed.) 1997 *Knowledge, Power, and International Policy Coordination*. University of South Carolina Press
- GUIMARAES, R. 1991: *Ecopolitics in the Third World: an Institutional Analysis of Environmental Management in Brazil*. Boulder, Westview Press.
- HAAS, P., KEOHANE, R. and LEVY, M. (eds.) 1993 *Institutions for the Earth: Sources of Effective Environmental Protection*. Cambridge: MIT Press
- HANNA, S, FOLKE, C. AND MALER, K. (eds.) 1996 *Rights to Nature: Ecological, Economic, Cultural, and Political Principles of Institutions for the Environment*. Washington, D.C.: Island Press
- HELD, D., 1995: *Democracy and the Global Order. From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Cambridge, Polity Press.
- HOGAN, D. e P. Vieira 1992: *Dilemas Socio-ambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- HOLDGATE, M. 1996: *From Care to Action. Making a Sustainable World*. London, Earthscan Publications.
- HUNTINGTON, S. 1991: *The Third Wave: Democratization in the Late Twenty Century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- HUNTINGTON, S. 1996: *The Clash of Civilizations and the Remaking of the World Order*. New York, Simon and Schuster.
- HURRELL, A and B. Kingsbury (ed.) 1992: *The International Politics of the Environment*. Oxford, Clarendon Press.
- IANNI, O 1995: *Teorias da Globalização*. Rio, Civilização Brasileira.
- INGLEHART, R., 1990: *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton University Press.
- INGLEHART, R. 1997: *Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton University Press.
- JAGUARIBE, H. 1996: “Brasil e o Mundo na Virada do Século” In *Dados*, Vol 3, 39
- KAMIENIECKI, S. 1993: *Environmental Politics in International Relations. Movements, Parties, Organizations and Policy*. Albany, SUNY Press.
- KELLER, K. 1990: «Science and Technology in a world transformed» in *Foreign Affairs*. Vol. 69, Nº 4
- KEOHANE, R and Ostrom, E. (eds.) 1995 *Local commons and global interdependence: heterogeneity and cooperation in two domains*. London: Sage Publications
- KEOHANE, R. and Milner, H. 1996: *Internationalization and Domestic Politics*. Cambridge University Press.
- KING, A. and B. Schneider, 1991: *La Primera Revolucion Mundial. Informe al consejo del Club de Roma*. Mexico, Fondo de Cultura Econômica.
- LAFER, C. 1997: “A OMC, Globalização e Regionalização” In: *Política Externa*, Vol 6, No 2.
- LYONS G. and Mastanduno (ed.) 1995: *Beyond Westphalia?. State Sovereignty and International Intervention*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- LOWE, p. and W. Rudig 1987: «Review article: Political ecology and the social sciences. The state of the art» in *Brithish Journal of Political Science*. Nº 16.
- MACIEL, C. 1997: “Política externa brasileira sobre meio ambiente e comercio internacional: o caso da integração regional no Mercosul, Universidade de Brasília, Tese de Mestrado em Relações Internacionais.
- MACILWAIN, C 1998: “When Reticence Hits Reality in Debate on Bioprospecting” In: *Nature*, No 392.
- MACNEILL, J. , P. Winsemius and T. Yakushiji, 1991: *Beyond Interdependence. The merging of the world's economy and the Earth's ecology*. New York, Oxford University Press.
- MAGALHAES MOURA, A 1996: “Sustentabilidade Política e a Política Ambiental Federal no Brasil, 1989-1994” Universidade de Brasília, Tese de Mestrado em Ciência Política
- MARTINS, L. 1994: “Instabilidade Política e Governabilidade na Construção Democrática” IN: J. P. R. Velloso (org.) *Governabilidade, Sistema Político e Violencia Urbana*. Rio, José Olympio.
- MASOOD, E. 1998: “Social Equity versus Private Property: Striking the Right Balance” In: *Nature*, No 392.

MATHEWS, J.(ed), 1991: Preserving the Global Environment. The Challenge of shared leadership. New York, Norton & Company

McCORMICK, J.1989:Reclaiming Paradise. The Global Environmental Movement. Bloomington, Indiana University Press.

MIRANDA, A.(edt.) 1997: The Internationalization of Environmental Protection. Cambridge University Press

MORIN, E. 1991: La Methode 4. Les idéés. Paris, Seuil.

MORIN, E. et A Kern, 1993: Terre-Patrie. Paris, Seuil

NORTH, R., 1990: War, Peace, Survival. Global Politics and Conceptual Synthesis. Boulder, Westview Press.

O'DONNELL, G. 1991: "Democracia Delegativa?" In Novos Estudos Cebrap, 31

OLIVEIRA, G. 1997: "O Estado frente a globalização econômica, ambiental e científica: o caso do Brasil e as patentes de biotecnologia", Universidade de Brasília, Tese de Mestrado em Relações Internacionais.

O'RIORDAN, T. and J. Jager 1996: Politics of Climate Change: a European Perspective. London, Routledge

PORTER, G and J. Brown, 1996: Global Environmental Politics. Boulder, Westview Press.

RAYNER, S. and E. Malone (eds.) 1998: Human Choice and Climate Change. Colombus, Batelle Press.

REDCLIFT, M. and Benton T. 1994: Social Theory and the Global Environment. London, Routledge.

REIS, F. 1995: "Governabilidade, Instituições e Partidos" IN: Novos Estudos Cebrap, No 41

RISSE-KAPPEN, T. 1995: Bringing Transnational Relations Back in. Non-state Actors, Domestic Structures and International Institutions. Cambridge University Press.

ROSENAU, J. 1990: Turbulence in World Politics. A theory of Change and Continuity. Princeton University Press.

ROSENAU, J. and Czempel, E. 1992: Governance without Government: Order and Change in World Politics. Cambridge University Press.

SACHS, I. 1997: "Desenvolvimento Sustentável, Bio-industrialização Descentralizada e Novas Configurações Rural-urbanas: os Casos do Brasil e da Índia" In: Paulo Vieira e Jacques Weber (org.) Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento. São Paulo, Cortez.

SAND, P. 1990: Lessons Learned in global Environmental Governance. Washington, World Resources Institute.

SAND, P. 1996 "The Potential Impact of the Global Environment Facility of the World Bank, UNDP and UNEP," in Rudiger Wolfrum ed., Enforcing Environmental Standards: Economic Mechanisms as Viable Means? Berlin: Springer

SANDLER, T. 1997 Global Challenges: An approach to Environmental, Political, and Economic Problems. Cambridge University Press

SANTOS, W. 1993: As Razões da Desordem. Rio, Rocco.

SCHMIDHEINY, S. 1992: Mudando o Rumor. Uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente. Rio, Editora F.G.V.

SOARES DE LIMA, M. 1996: "Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fría" In: DADOS, Vol 39, No 3.

SOROOS, M. 1997: The Endangered Atmosphere. Preserving a Global Commons. Columbia, University of South Carolina Press.

STERN, P., O. Young and D. Druckman (Ed.) 1992: Global Environmental Change. Understanding the Human Dimensions. Washington, National Academy Press.

SWANSON, T. 1997: Global Action for Biodiversity. London, Earthscan Publications.

TALADAY, M. , C. Farrands and R. Tooze 1997: Technology, Culture and Competitiveness. London, Routledge.

TAVARES DE ALMEIDA, M. 1996: "Pragmatismo por necessidade: os rumos da reforma economica no Brasil" IN: DADOS, Vol 39, No 2.

THUROW, L. 1996: The Future of Capitalism. New York, William Morrow and Company.

TSOUKALIS, L. 1998: "The European Agenda: Issues of Globalization, Equity and Legitimacy" Jean Monnet Papers, 98/49, Firenze, European University Institute.

UNDERDAL, A 1992 "The Concept of Regime Effectiveness," Cooperation and Conflict, No 27.

VIGEVANI, T. 1997: "Meio Ambiente e Relações Internacionais: A questão dos Financiamentos" In: Ambiente e Sociedade, Vol 1, No 1.

VIOLA, E. 1992: "O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991):da Denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável» In: Goldenberg (org.) Ecologia, ciência e política. Rio, Ed. Revan.

- VIOLA, E.. 1996: “A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995” em L. Ferreira e E. Viola (org.) Incerteza de Sustentabilidade na Globalização. Editora da UNICAMP
- VIOLA, E. 1997a: “The Environmental Movement in Brazil: Institutionalization, Sustainable Development and Crisis of Governance since 1987” in G. MacDonald, D. Nielson and M. Stern Latin American Environmental Policy in International Perspective. Boulder, Westview Press.
- VIOLA, E. 1997b: “O GEF e o Brasil: Institucionalidade e Oportunidades de Financiamento” IN: Ambiente e Sociedade, Vol 1, No 1.
- VIOLA, E. 1998: “Globalization, Environmentalism and New Transnational Social Forces” In: C. Chung and B. Gillespie (org.) Globalization and the Environment. Paris, OECD
- VIOLA, E. e LEIS, H. 1997: “A Agenda 21 diante dos desafios da Governabilidade, das Políticas Públicas e do Papel das Organizações Não Governamentais” IN: Umberto Cordani, Jacques Marcovitch e Eneas Salati (org.) Rio 92 Cinco Anos Depois. São Paulo: EDUSP.
- VOGLER, J. and M. Imber (eds.) 1996: The Environment and International Relations. London, Routledge.
- WASSON, M. 1997 Top Soil and Treaties: The Politics of Global Change. Oxford University Press.
- WEISS, T., D. Forsythe and R. Coate 1994: The United Nations and Changing World Politics. Boulder, Westview Press.
- WEISS BROWN, E. AND JACOBSON, H. (eds.) 1998 Engaging Countries: Strengthening Compliance with International Environmental Accords. Cambridge: MIT Press
- WORLD RESOURCES INSTITUTE 1996: World Resources 1996-1997. New York, Oxford University Press
- YOUNG, J. 1990: Sustaining the Earth. The Story of the Environmental Movements, its pasts efforts and future challenges. Harvard University Press.
- YOUNG, O (ed.) 1997: Global Governance: Drawing Insights from the Environmental Experience. Cambridge: MIT Press
- YOUNG, O. 1994: International Governance: Protecting the Environment in a Stateless Society. Ithaca: Cornell University Press.